



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 093/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025
CONTRATO Nº 119/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JBA COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA, AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Santa Rita, por intermédio da **A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA,-PB**, com sede na Avenida Virgínio Veloso Borges, s/no, Loteamento Jardim Miritânia - Centro, CEP: 58.301-840, Santa Rita, Estado da Paraíba, inscrito no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o nº 09.159.666/0001-61, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.699.269/0001-10**, situada na Rua Senador José Américo de Almeida, nº 236, Centro, Santa Rita/PB - CEP: 58300-250, neste ato representada pela Secretária, **FERNANDA KARLA GONÇALVES DE MEIRELES ALVINO, CPF nº 065.994.164-38**, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado Fornecedor **JBA COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ: 45.709.106/0001-05**, Endereço: AV. RIO GRANDE DO SUL, 708 – BAIRRO DOS ESTADOS - JOÃO PESSOA/PB. TEL:(83)99962-1010 E-MAIL: jbacomercioservicos@gmail.com, doravante simplesmente **CONTRATADO**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

1.1 Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 093/2025, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal, e legislação pertinente considerada as alterações posteriores das referidas normas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

2.1 O presente contrato tem por objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB,

2.2 O fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, Pregão Eletrônico Registro de Preço nº 093/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que vinculam esta contratação, independente de transcrição.

2.3 Discriminação do objeto

Item do TR	Fornecedor: JBA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 45.709.106/0001-05; Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL, 708, ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58.030-021; TEL: (83) 99962-1010; E-MAIL: jbacomercioeservicos@gmail.com ; Representante Legal: HELENO AVELINO DE ALMEIDA NETTO – CPF: 074.176.394-02.					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO CLASSE 8, NÚMERO RISCO 85, RISCO SAÚDE 3, CORROSIVIDADE 1, PESO MOLECULAR CLORO 74,50, DENSIDADE DE 1,20 A 1, COM REGISTRO DO RESPONSÁVEL QUÍMICO, REGISTRO NO INMETRO, COM DATA DE ENVASAMENTO, Nº DO LOTE A VALIDADE NA EMBALAGEM, TAMPA DE ROSCA, ACONDICIONADAS EM FRASCOS PLÁSTICOS DE 5 LITROS.	CLORITO	UNIDADE	750	R\$ 6,41	R\$ 4.807,50
5	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO HIDRATADO 70% INPM – COM AÇÃO ANTISSEPTICA, COM 70% DE ÁLCOOL ETÍLICO, COM ELIMINAÇÃO DE 99,9% DAS BACTÉRIAS, COM FRASCO DE 1000ML.	TOSCANO	UNIDADE	250	R\$ 6,37	R\$ 1.592,50
6	APARELHO DE BARBEAR, EM PLÁSTICO, 02 LÂMINAS EM AÇO	BIC	UNIDADE	1000	R\$ 1,62	R\$ 1.620,00





	INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, CABO ANATÔMICO, RESISTENTE, DESCARTÁVEL.					
9	BALDE COM TAMPA, CAPACIDADE DE 100 LITROS	INOPLAST	UNIDADE	100	R\$ 37,42	R\$ 3.742,00
10	BALDE DE PLÁSTICO. CAPACIDADE APROXIMADA DE 12 LITROS, SEM TAMPA, COM ALÇA, DE ALTA RESISTÊNCIA E QUALIDADE.	POLYUTIL	UNIDADE	100	R\$ 8,37	R\$ 837,00
11	BALDE DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20	POLYUTIL	UNIDADE	50	R\$ 10,49	R\$ 524,50
21	CARRO PARA LIMPEZA FUNCIONAL, COM BOLSA EM VINIL	NOBRE	UNIDADE	25	R\$ 584,70	R\$ 14.617,50
28	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA (POLIESTIRENO NÃO TÓXICO), 180ML BOCA LARGA, RESISTENTE A TEMPERATURA DE ATÉ 100°C E DE ALTA QUALIDADE, EM CAIXAS DE 25 CENTOS E EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, PRODUZIDO CONFORME NORMA DA ABNT E COM CERTIFICADO DE QUALIDADE DO INMETRO, DEVIDAMENTE COMPROVADO NA EMBALAGEM. CAIXA	COPOBRAS	CAIXA	50	R\$59,98	R\$2.999,00
31	DESINFETANTE CONCENTRADO A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, COM TEOR DE 2% DE CLORO ATIVO. UTILIZADO PARA DESINFECÇÃO DE PISOS, EMBALAGEM COM 5 LITROS. REGISTRO DA ANVISA	NEOCLEAN	GALÃO	500	R\$ 18,51	R\$ 9.255,00
34	DESINFETANTE LIMPADOR E BACTERICIDA. AROMA DE HORTELÃ, EUCALIPTO OU ALECRIM, GALÃO DE 5 LITROS CADA	GLIMP	UNIDADE	500	R\$ 8,14	R\$ 4.070,00
36	DESODORIZADOR DE AR: CADA	LADY	UNIDADE	30	R\$ 6,24	R\$ 187,20



	UNIDADE DEVE CONTER APROXIMADAMENTE 400ML AEROSSOL AMBIENTAL, AÇÃO NEUTRALIZANTE. ODOR: ORVALHO DO CAMPO. PRAZO DE VALIDADE DE APROXIMADAMENTE 12 (DOZE) MESES DA DATA DO RECEBIMENTO.					
39	DETERGENTE DESENGORDURANTE NEUTRO PARA MULTIPLAS FUNÇÕES, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM COM 5 LITROS. REGISTRO DA ANVISA	AGEBE M	GALÃO	500	R\$ 9,44	R\$ 4.720,00
43	DETERGENTE PRONTO PARA O USO - EMBALAGEM COM 500 ML	GLIMP	UNIDADE	1000	R\$ 1,39	R\$ 1.390,00
45	DISPENSER POUPA COPO CAPACIDADE DE ATÉ 200 ML	COPOBRAS	UNIDADE	50	R\$ 45,64	R\$ 2.282,00
48	ESPONJA DUPLA FACE (100X70X20MM). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE.	DONAFAXINA	UNIDADE	1.500	R\$ 0,59	R\$ 885,00
49	FACA DESCARTAVEL PARA REFEIÇÃO PCT C/50 UND	STRAWPLAST	PACOTE	2.500	R\$ 2,43	R\$ 6.075,00
54	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETA, CAPACIDADE DE 1 LITRO.	MOR	UNIDADE	500	R\$ 29,69	R\$ 14.845,00
55	GUARDANAPO PCT COM 50 UNIDADES 22X22 CM	GLEE	PACOTE	100	R\$ 1,62	R\$ 162,00
59	LIXEIRA COM PEDAL, COR BRANCA, CAPACIDADE DE 30 LITROS, FABRICADO EM PLÁSTICOS POLIPROPILENO, QUADRADA MEDINDO 47CM X 34CM X 41CM.	NOBRE	UNIDADE	250	R\$ 37,04	R\$ 9.260,00
63	LUVA DE LÁTEX PARA LIMPEZA, ANTIDERRAPANTE, FORRADA, PUNHO COM NO MÍNIMO 12 CM DE COMPRIMENTO, FORNECIDA EM PACOTES INDIVIDUAIS E LACRADOS, CONTENDO UM PAR CADA PACOTE, TAMANHO M.	NOBRE	PAR	500	R\$ 2,93	R\$ 1.465,00



67	MÁSCARA DESCARTAVEL SIMPLES, NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO. 100% POLIPROPILENO, CONFECCIONADO EM TNT, TECIDO NÃO TECIDO, NO TAMANHO ÚNICO. CAIXA COM 100 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MEDIX	CAIXA	250	R\$ 18,17	R\$ 4.542,50
69	PÁ PARA LIXO - CABO LONGO. MATERIAL: POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE (26,5 X 27 X 13,5CM), COM CABO DE 82CM.	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	50	R\$ 10,44	R\$ 522,00
72	PANO MULTIUSO, TECIDO NÃO TECIDO, ROLO DE 30METROS	NOBRE	ROLO	250	R\$ 26,16	R\$ 6.540,00
73	PAPEL HIGIÊNICO EXTRA BRANCO. MACIO, PICOTADO E TEXTURIZADO. FOLHA DUPLA, 100% FIBRAS CELULÓSICAS DE BOA QUALIDADE. ROLO DE 30M X 10CM.PACOTE COM 48 ROLOS.	FAMILIAR	FARDO	250	R\$ 28,72	R\$ 7.180,00
76	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 23 CM X 22 CM TIPO FOLHA 2 DOBRAS. COR BRANCA. EMBALADOS EM PACOTES COMNO MÍNIMO 1.000 FOLHAS.	EXCLUSIVE	PACOTE	250	R\$ 11,57	R\$ 2.892,50
78	PEDRA SANITÁRIA - 25G, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UP PRO FRESH	UNIDADE	1500	R\$ 1,16	R\$ 1.740,00
81	POLIDOR DE ALUMINIO LIQUIDO, FRASCO COM 500 ML	GLIMP	UNIDADE	500	R\$ 1,94	R\$ 970,00
85	PRATO DESCARTAVEL RASO Nº 21 PACOTE COM 10 UND	COPOBRAS	PACOTE	2.500	R\$ 1,67	R\$ 4.175,00
87	REFIL MOP UMIDO, COMPOSTO POR FIOS EM ALGODÃO, PONTA DOBRADA, 340 GRAMAS, LAVÁVEL. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE	NOBRE	UNIDADE	25	R\$ 13,31	R\$ 332,75
91	SABÃO BARRA, TIPO GLICERINADO,	MARIL	PACOTE	1000	R\$ 6,65	R\$ 6.650,00



	COMPOSIÇÃO A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS DE COCO/BABAÇU, ÁCIDOS GRAXOS DE SEBO, ÁCIDOS GRAXOS DE SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, A DEMAIS PERMITIDAS, BIODEGRADÁVEL, AROMA NEUTRO, PESO DE 200G, PACOTE COM 5UNIDADES.	UX				
94	SABONETE LÍQUIDO BACTERICIDA COM PROPRIEDADES ANTIMICROBIANAS EM FRASCO COM 1 LITRO. EMBALADOS PREFERENCIALMENTE EM CAIXAS DE PAPELÃO. AROMAS DIVERSOS (NO MÍNIMO 3 OPÇÕES PARA ESCOLHA). VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	AGEBE M	UNIDADE	1000	R\$ 8,89	R\$ 8.890,00
97	SACO BAIXA DENSIDADE, PARA TALHERES, PCT COM 100 UND	BOMPACK	PACOTE	150	R\$ 23,49	R\$ 3.523,00
104	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE DE 40 LITROS, RECICLADO, DENSIDADE DE 0.4 MIGRAS, MEDINDO 75 CM. EMBALAGEM: FARDO COM 100 UNIDADES	RAVA	PACOTE	200	R\$ 9,69	R\$ 1.938,00
106	SUPORTE PLÁSTICO P/ PAPEL HIGIÊNICO TIPO BIG ROLL	NOBRE	UNIDADE	50	R\$ 23,48	R\$ 1.174,00
111	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON. ALTURA MÍNIMA DAS CERDAS 10 CM. COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO: 1,50M. AS CERDAS NÃO DEVERÃO SE SOLTAR COM FACILIDADE. BASE DE PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	200	R\$ 7,49	R\$ 1.498,00
113	VASSOURA DE PELO SINTÉTICO DE NYLON, CERDAS DE PELO SINTÉTICO. CEPO: EM MADEIRA MEDINDO 40CM, CABO EM	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	200	R\$ 7,78	R\$ 1.556,00



	MADEIRA, MEDINDO 1,20CM, PLASTIFICADO, ROSQUEÁVEL, E/OU COM PONTEIRAS DE PLÁSTICOS, PARA LIMPEZA EM GERAL.					
116	VASSOURA DE PIAÇAÇA, 30 CM , CABO MADEIRA	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	200	R\$ 9,86	R\$ 1.972,00
117	VASSOURA PARA VASO SANITÁRIO COM CERDAS DE NYLON E SUPORTE ACOPLADO. CABO E SUPORTE EM PLÁSTICO.	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	200	R\$ 7,18	R\$ 1.436,00
119	VASSOURA PIAÇAÇA Nº3 – CABO DE MADEIRA REVESTIDO, MEDINDO 120CM, PARA LIMPEZA DOMÉSTICA EM GERAL. MATERIAL: CERDAS, PELO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA, DIÂMETRO CEPA: 25 MM	VASSOURAS DO LAR	UNIDADE	100	R\$ 17,94	R\$ 1.794,00

VALOR TOTAL: R\$ 144.662,45(Cento e quarenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

3.1 O valor total da contratação é de R\$ 144.662,45(Cento e quarenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

4.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.



5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.120-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02.121-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

ATIVIDADE : 08 244 1020 2109- manutenção das ativ.da sec. De assistência social
08 306 1020 2628-manutenção do banco de alimentos
08 122 1020 2249-bloco de gestão do SUAS-IGD SUAS
08 122 1020 2584- Bloco da Gestão do programa bolsa família e CAD ÚNICO

08 245 1020 2585- bloco da proteção social básica
08 245 1020 2592- bloco de proteção social e especial de média e alta complexidade

08 243.1020.2621- primeira infância no suas – criança feliz

Elementos de despesas: 33 9030- material de consumo

Fonte de recursos 500- recursos não vinculados de impostos

660-trans.rec. Fundo nacional de assis.social-fnas

661-transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7 Será retido 1,5% para o Programa Municipal de Desenvolvimento aos Pequenos Negócios – PDPN, conforme dispõe o art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 22/2019, à exceção dos pagamentos contemplados no inciso VII do Parágrafo único do artigo 7º da referida Lei.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E FORNECIMENTO DO OBJETO:

7.1 O objeto desta licitação deverá ser entregue na totalidade, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

7.2 As entregas do objeto desta licitação deverão ser realizadas na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, localizada na Rua Senador José Américo de Almeida, nº 236, Centro, Santa Rita/PB - CEP: 58300-107;

7.3 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

7.4 O prazo de vigência do contrato, será até o exercício financeiro, com validade e eficácia legal a partir da data da sua assinatura.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA LICITANTE VENCEDORA:

8.1 Caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB:

8.1.1 Permitir durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes/prepostos e empregados da CONTRATADA ao local de entrega dos produtos e suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE;

8.1.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização quando da entrega dos produtos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte desta;

8.1.3 Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;

8.1.4 Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Pregão;

8.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.6 Fiscalizar o contrato na forma disposta na lei 14.133/21.

8.1.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal/ Fatura do Material e/ou serviços;

8.1.8 Atestar a execução do objeto deste Contrato, por meio do Setor Competente;

8.1.9 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

8.2 Caberá à licitante vencedora:

8.2.1 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega de produto e/ou serviços, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) vale-refeição; f) vale-transporte; e g) outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.2.2 Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB;

8.2.3 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB;

8.2.4 Responder pelos danos causados diretamente a Secretaria ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB

8.2.5 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do produto;

8.2.6 Entregar os produtos **máximo de 10 (dez) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato/empenho. O descumprimento ao prazo citado sujeitará a empresa contratada à penalidade de multa.

8.2.7 Encarrega-se da entrega dos itens adquiridos, arcando com qualquer custo advindo do transporte, carga, descarga, bem como qualquer serviço relativo ao procedimento de entrega.

8.2.8 No ato da entrega do objeto, deverá ser apresentado documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

8.2.9 Comunicar a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.2.10 Justificar, no caso de descumprimento do prazo citado no item anterior ou paralisação do fornecimento, por escrito, em até 24 horas contadas da entrega frustrada;

8.2.11 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, se verificar condições que possam prejudicar a prestação ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução deste contrato, bem como atraso ou paralisação do fornecimento apresentando razões justificadoras, as quais serão objeto de análise, que poderão ser ou não aceitas pelo Contratante;

8.2.12 Encontrar-se em dia com as obrigações fiscais, em conformidade com o previsto no procedimento licitatório;

8.2.13 Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão, durante toda a execução do contrato;

8.2.14 Emitir a nota fiscal, constando na mesma a informação sobre os recursos utilizados para custeio deste contrato;

8.2.15 Trazer ao setor de Empenho as Notas Fiscais acompanhadas das respectivas certidões de natureza fiscal;

8.2.16 Se os produtos entregues forem recusados, a empresa será advertida para o cumprimento imediato de suas obrigações, lhe sendo concedido o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, efetivando a troca dos produtos ou apresentando defesa num prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação da multa prevista neste Edital e demais medidas que se fizerem necessárias.



9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

9.1 Contratante:

9.1.1 São obrigações do Contratante:

9.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10 A Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

9.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.13 Contratada:



9.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

15.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, designamos para Gestor do presente contrato a Sra. ADRIELLY MONIQUE PEREIRA MARINHO, portador (a) do CPF: 113.768.774-65, com lotação fixada na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB /PB.

15.2 O fiscal do Contrato, a Sr, NIKOLAS ALEXANDRE ALVES COSTA portador(a) do CPF:703.774.884-61 , com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA/PB de Santa Rita – PB, formalmente designado, e comprovadamente habilitado para gerenciar o presente termo, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rita para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Rita - PB, 26 de Fevereiro de 2026.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE



FERNANDA KARLA GONÇALVES DE MEIRELES
ALVINO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL CPF Nº 065.994.164-38

PELO CONTRATADO

JBA COMERCIO DE
PRODUTOS E SERVICOS
LTDA:45709106000105

Assinado de forma digital por JBA
COMERCIO DE PRODUTOS E
SERVICOS LTDA:45709106000105
Dados: 2026.02.26 08:50:07 -03'00'

JBA COMERCIO E SERVICOS LTDA;
CNPJ: 45.709.106/0001-05.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

EXTRATO DE CONTRATO



CONTRATO Nº 119/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 093/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SANTA RITA/PB, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADA: JBA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 45.709.106/0001-05

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA
PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
RITA/PB.

VALOR R\$: 144.662,45

VIGÊNCIA: ATÉ O EXERCÍCIO FINANCEIRO

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026

FERNANDA KARLA GONÇALVES DE MEIRELES ALVINO
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Criado pela Lei Municipal nº 1.524/2013, Publicada no DOE nº 01, Ano 01, de 01/04/2013.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA – PARAÍBA

Nº 2621

ANO 14

Sexta-Feira, 27 de fevereiro de 2026

PÁGINA 1

PODER EXECUTIVO

Secretaria de Administração e Gestão
Coordenadoria de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 048/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEIXE, DESTINADOS A DOAÇÃO AS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO BOLSA FAMÍLIA E ACOMPANHADAS PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EM VIRTUDE DA CELEBRAÇÃO DE SEMANA SANTA DO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA RITA**, Estado da Paraíba, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos, torna público que realizará a licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

DATA DA SESSÃO: 16/03/2026
Horário da abertura das propostas: 09:00 (horário local)

Local da disputa: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Edital:

<https://licitacoes.santarita.pb.gov.br/categoria/editais>,
www.portaldecompraspublicas.com.br
www.tce.pb.gov.br.

Esclarecimentos e impugnações:
www.portaldecompraspublicas.com.br

Santa Rita/PB, 27 de fevereiro de 2026

**FERNANDA KARLA GONÇALVES DE MEIRELES
ALVINO**

Secretaria de Desenvolvimento Social de Santa Rita/PB

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 095/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 249/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 079/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DE SANTA RITA/PB,
ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: KALK DISTRIBUIÇÃO DE
MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA

CNPJ: 52.144.389/0001-42

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR
DEMANDA JUDICIAL DESTINADOS À ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA, EM ATENDIMENTO À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA
RITA, PB.

VALOR R\$: 230.220,00

VIGÊNCIA: ATÉ O EXERCÍCIO FINANCEIRO

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2026

ANTÔNIO FERNANDES COUTINHO FILHO
SECRETÁRIO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 104/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 249/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 079/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SANTA RITA/PB,
ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: PANORAMA COMÉRCIO DE
PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

CNPJ: 01.722.296/0001-17

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR
DEMANDA JUDICIAL DESTINADOS À ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA, EM ATENDIMENTO À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA
RITA, PB.

VALOR R\$: 214.000,00

VIGÊNCIA: ATÉ O EXERCÍCIO FINANCEIRO

DATA DA ASSINATURA: 23/02/2026

ANTÔNIO FERNANDES COUTINHO FILHO
SECRETÁRIO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 119/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 093/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SANTA RITA/PB,
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONTRATADA: JBA COMÉRCIO DE PRODUTOS E
SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 45.709.106/0001-05

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE
HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB.

VALOR R\$: 144.662,45

VIGÊNCIA: ATÉ O EXERCÍCIO FINANCEIRO

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2026

**FERNANDA KARLA GONÇALVES DE MEIRELES
ALVINO**
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 04/03/2026 às 12:30:10 foi protocolizado o documento sob o Nº 26927/26 da subcategoria Contratos , exercício 2026, referente a(o) Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Fernanda Karla Goncalves de Meireles.

Número do Contrato: 000001192026

Data da Publicação: 27/02/2026

Data da Assinatura: 26/02/2026

Data Final do Contrato: 31/12/2026

Valor Contratado: R\$ 144.662,45

Objeto: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB.

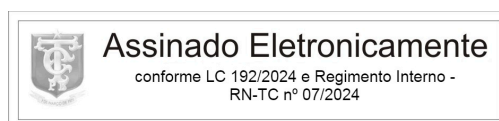
Contratado (Nome): Jba Comercio E Servicos Ltda

Contratado (CNPJ): 45.709.106/0001-05

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	94be438490006cdf925a0bb4f334ef46
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	b9abc48f64e63918ccbfa721a4721386
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	cb93b00d61d981b3e0a0b16c7341b09e
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	9555ef07614c5c43efda11b722f53fe7
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	a5d7b5d85caecb0e5b602f17f430f1eb
Designação do gestor do contrato	Sim	6369645845a883b00603578413ca895a

João Pessoa, 04 de Março de 2026



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB